

Confusão na regulamentação de outdoors causa prejuízo

Os candidatos que espalharam **outdoors** pela cidade, antes da regulamentação do TRE, sofreram altos prejuízos com as medidas tomadas pelo juiz Carlos Augusto de Faria. Isto porque, a princípio, o juiz deu um prazo de 72 horas para que os cartazes fossem retirados — ele se esgotavam amanhã —, logo depois, voltou atrás e liberou-os, em função de liminar concedida pelo juiz Hermenegildo Fernandes Gonçalves.

A maioria dos **outdoors** dos candidatos já tinha sido inutilizada pelo pessoal dos comitês eleitorais, para cumprir a determinação judicial. Uns cartazes foram simplesmente retirados, outros inutilizados com tinta de várias cores, que variavam do vermelho e preto — a exemplo dos cartazes do candidato do PMDB à Câmara dos Deputados, Francisco Carneiro —, ao amarelo e laranja.

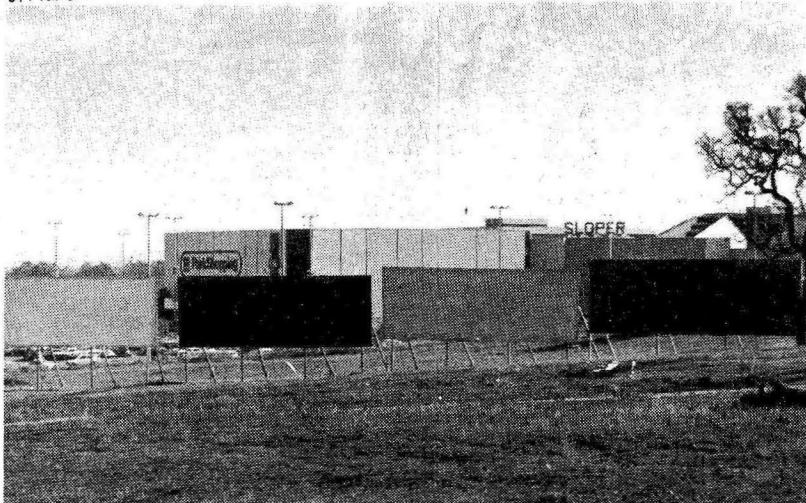
Unanimidade

Do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao Partido da Frente Liberal (PFL), todos os concorrentes às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram unânimes em considerar exorbitante a decisão do juiz Carlos Augusto Machado de Faria. "A Lei já contém muitas restrições à propaganda eleitoral e, ademais, o juiz é tão-somente um aplicador da lei e não um legislador", assegurou, ontem, o presidente do PSB, Luiz Manzolillo.

Já o candidato do PFL ao Senado, Osorio Adriano Filho, recebeu com entusiasmo a notícia de que a questão dos **outdoors** tinha ganho nova interpretação judicial, sendo liberado por força de liminar, até o julgamento do mandado de segurança impetrado pelo PMDB.

Na opinião do candidato a deputado federal por Brasília, Paulo Xavier, se a colocação de **outdoors** não for regulamentada, de forma a dar condições para que todos os candidatos possam participar, o poder econômico vai imperar nas primeiras eleições proporcionais da cidade. "Brasília não teve, ainda, a escola da liberdade, que é o

J. Franca.



Agora, muitos políticos terão que fazer novos outdoors

voto", afirma o deputado.

O candidato a suplente de senador, pelo PFL e ex-administrador de Planaltina, Salviano Guimarães Borges, opinou que para as próximas eleições, as instruções sejam baixadas com um mínimo de um ano de antecedência, a fim de que os candidatos conheçam melhor as regras do jogo político.

Prejuízo eleitoral

Para Osorio Adriano Filho, a população brasiliense também está sofrendo prejuízos com as restrições impostas à propaganda eleitoral na cidade, pela Justiça Eleitoral. "A 83 dias das eleições, o índice de indecisos no Plano Piloto, por exemplo, atinge acifra de 85%. Isto se deve, não só ao fato de a cidade estar passando por sua primeira eleição parlamentar, como também porque a maioria dos eleitores desconhece as pessoas que concorrem ao pleito de 15 de novembro", afirmou o presidente do PFL do Distrito Federal.

Para ele, a justificativa de coibir o abuso do poder econômico não tem consistência, já que os candidatos ficam sem oportunidade de tornarem-se conhecidos do povo e de apresentar suas plataformas políticas, em função das restrições impostas pela Justiça Eleitoral. Adriano argumentou que é necessário que o TRE regulamente o uso dos cilindros colocados pelo GDF, para a fixação da propaganda política, a fim de evitar a superposição de cartazes, como vem ocorrendo atualmente.

Em sua opinião, o TRE está dificultando o contato dos candidatos com os eleitores, já que Brasília não tem tradição política e é necessário que o povo conheça melhor os concorrentes à Assembleia Nacional Constituinte, para que possa escolher, com segurança, seus legítimos representantes ao Congresso nacional. "É louvável a decisão do juiz que resolveu reexaminar a questão dos **outdoors**, bem como a das entrevistas com os candidatos", concluiu.